

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG - 05.03.2020

1 No quinto dia do mês de março de 2020, às 10h10m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu,
2 da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
3 de Estudos Gerais, na sede da Secretaria Executiva do Comitê Guandu, tendo como pauta os seguintes
4 assuntos: **1- Apresentação, leitura e aprovação da pauta; 2- Aprovação de minuta da ata da reunião**
5 **de 06.02.2020; 3- Criação de canal de comunicação para a CTEG; 4- Apresentação do coordenador**
6 **do GTIV; 5- Informe sobre o andamento dos editais; 6- Avaliação das solicitações de revisão e**
7 **atualização dos PMSB; 7- Solicitação de aporte de recursos financeiros para execução de obras de**
8 **remediação do lixão de Japeri e Piraí; e 8- Informes.** Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ) cumprimentou
9 a todos e deu início a reunião. Em seguida, **ITEM 1** – Foi acordado a inversão de itens de pauta. **ITEM 2**
10 – Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ) informou que a ata que estava em mãos era da reunião de
11 23/01/2020 e não a da reunião do dia 06/02/2020 (datas de reuniões extraordinárias), por fim, a decisão
12 sobre aprovação de atas foi postergada, uma vez que seria necessário a consulta aos membros da CTIL-
13 G, assim, as atas não foram aprovadas em virtude da necessidade de contribuições da CTIL-G. **ITEM 4** –
14 Hendrik Mansur (TNC) iniciou sua apresentação sobre o GTIV recordando os itens da agenda verde do
15 PERH Guandu e seus respectivos programas. O mesmo citou que o GTIV fez o seu planejamento de
16 trabalho com base no MOP. Informou também que o PRO-PSA será revisado. Hendrik Mansur (TNC)
17 reforçou que a parte deliberativa fica a cargo do Comitê Guandu, enquanto que a parte executiva dos
18 programas e ações contidos no PERH Guandu ficam a cargo da AGEVAP. Sobre a execução do Plano
19 Diretor Florestal (ação 4.1.2.1 do PERH Guandu), o mesmo citou a consulta/pesquisa aos municípios
20 realizada durante o fórum de secretários de meio ambiente com relação ao escopo do plano, ocasião em
21 que a maior parte dos municípios presentes mencionou o interesse no apoio da elaboração dos Planos
22 Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs) no contexto desta ação prevista no
23 PERH Guandu. Em seguida, Gabriela Teixeira (AGEVAP) complementou a fala de Hendrik Mansur (TNC),
24 citando que o GTIV realizou diversas reuniões para discussão do escopo do Plano Diretor Florestal, uma
25 vez que essa definição não foi contemplada no PERH Guandu. Lembrou ainda que a possibilidade de
26 elaboração dos PMMAs dos municípios da RH II no escopo do Plano Diretor Florestal foi inicialmente
27 trazida ao grupo pela Diretora Executiva Andreia Loureiro (P.M. Queimados), o que, somado ao interesse
28 já manifestado por alguns municípios, consolidou-se como estratégia para execução da ação 4.1.2.1.
29 Diante dessa definição, Gabriela Teixeira (AGEVAP) informou que a Diretoria do Comitê Guandu enviou
30 cartas aos 15 municípios da RH II questionando se os mesmos teriam interesse no aporte de recursos da
31 cobrança pelo uso da água para elaboração de seus PMMAs. Hendrik Mansur (TNC) apontou que os
32 PMMAs devem estar adequados conforme a legislação vigente, e que o Comitê deve fortalecer os
33 municípios para aumento de sua pontuação no ICMS ecológico, visando a obtenção de recursos além da
34 cobrança pelo uso da água. Gabriela Teixeira (AGEVAP) lembrou que os PMMAs para ter validade
35 precisam ser aprovados pelos respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, motivo pelo qual o
36 envolvimento dos municípios durante o processo de elaboração é fundamental. Hendrik Mansur (TNC)
37 detalhou que dos 15 (quinze) municípios da RH II, apenas o Rio de Janeiro não respondeu à carta do

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG - 05.03.2020

38 Comitê; Miguel Pereira e Nova Iguaçu responderam que seus PMMAs já estão em elaboração, e os outros
39 12 municípios confirmaram interesse no apoio do Comitê. O mesmo explicou sobre o processo licitatório,
40 o compromisso dos municípios frente a elaboração do PMMA, a necessidade de assinatura de um Acordo
41 de Cooperação Técnica (ACT) entre AGEVAP e o município contemplado, as visitas realizadas pela
42 AGEVAP à alguns municípios para detalhamento do projeto e o cronograma previsto para execução da
43 ação. Gabriela Teixeira (AGEVAP) reforçou que a assinatura dos ACTs é fundamental, devido a
44 necessidade de aprovação de produtos pelo município (em conjunto com a contratante), e acrescentou
45 que a publicação do ato convocatório depende destas assinaturas, uma vez que o número de municípios
46 participantes está diretamente relacionado ao valor da contratação. Informou ainda que o Termo de
47 referência está em fase de revisão na AGEVAP. Hendrik Mansur (TNC) comentou que a obtenção de
48 imagens via satélite traria a possibilidade de apresentar a realidade atual da bacia, e que seria interessante
49 o Comitê decidir se as imagens seriam parciais (apenas áreas contidas na bacia) ou se seria dos
50 municípios por inteiro. O mesmo acrescentou que o processo precisa ser agilizado e que quanto maior a
51 resolução das imagens, melhores serão os produtos gerados a partir delas. Em seguida abriu para
52 questionamentos. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) lembrou que o GTIV é coordenador e orientador e não
53 deliberativo, portanto, as ações apontadas pelo grupo devem ser aprovadas pela Câmara Técnica. O
54 mesmo criticou a delegatária, citando que “já está na rua” um documento, que é o ACT, que obriga as
55 prefeituras a indicarem dois servidores de carreira como responsáveis pelo acompanhamento do projeto,
56 justificando que a minuta do ACT deveria ter sido aprovada anteriormente pelo Comitê. Pediu que Gabriela
57 Teixeira (AGEVAP) se desculpasse por ter falado na última reunião do GTIV que o mesmo estava
58 tumultuando. Questionou se os municípios que não assinarem o ACT estariam excluídos do projeto e
59 reforçou que há cláusulas que gostaria que fossem excluídas. O mesmo destacou que no contrato de
60 gestão está previsto que o Comitê elabore termos de referência, solicitando um espaço para contribuições
61 no termo de referência antes de sua publicação. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) iniciou sua fala justificando
62 sua presença nesta reunião, informando que seria como um elo de ligação entre as CT's e a Diretoria,
63 determinando em uma reunião de diretoria ampliada com a presença de Markus Budzynkz. Questionou
64 em que resolução está aprovado o valor de R\$ 1.370.000,00 para o Plano Diretor Florestal, solicitando
65 que a mesma fosse resgatada, visto que a Diretoria está com foco em priorizar a saída da verba do
66 FUNDRHI para a AGEVAP. Hendrik Mansur (TNC) e Gabriela Teixeira (AGEVAP) responderam que o
67 valor apresentado foi estabelecido no PERH Guandu, aprovado pela Resolução COMITÊ GUANDU Nº
68 139, de 06 de dezembro de 2018. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) informou que o Plano estabelece um geral
69 e é preciso ter resoluções específicas para o dinheiro sair do FUNDRHI. E que se tem hoje uma situação
70 de luta para aplicação de recursos na Região Hidrográfica limitada a 10 milhões por mês sobre projetos,
71 sendo necessário ter projetos para isso. Logo, a diretoria está trabalhando numa lógica de priorizar isto.
72 O assunto está no GT FUNDRHI. O projeto precisa ser priorizado e passar no GT FUNDRHI que é uma
73 instância do CERHI-RJ, com a participação do MPRJ para que o dinheiro saia efetivamente da conta do
74 FUNDRHI para a AGEVAP. Se não houver um projeto priorizado e colocado dentro desta lógica, corre-se

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG - 05.03.2020

75 o risco do recurso não sair. Considerando-se que este recurso não está na AGEVAP, por mais que a
76 resolução tenha determinado estes valores. Então, a AGEVAP só pode trabalhar com recursos que já está
77 em conta. Gabriela Teixeira (AGEVAP) respondeu que o recurso mencionado para o Plano Diretor
78 Florestal já se encontra na AGEVAP. Nelson Reis (APEDEMA-RJ-RJ) solicitou que resolução que aprova
79 o valor de R\$ 1.370.000,00 para o Plano Diretor Florestal, fosse resgatada. Disse precisar que as
80 resoluções sejam fundamentadas a fim de se evitar questionamentos. Por mais que se tenha pressa, a
81 Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro está autorizada a liberar somente 10 milhões por mês.
82 E a Plenária terá que decidir o que se quer primeiro. Tudo mapeado e bem definido vai ajudar na tomada
83 de decisão. Paulo Garcia (P.M. Japeri) questionou sobre os detalhes das imagens de satélite apresentada
84 por Hendrik Mansur (TNC) para aquisição por parte do Comitê. Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ) falou
85 sobre a reunião realizada entre Coordenadores das Câmaras Técnicas e Diretoria Colegiada, onde foi
86 aprovado que o Nelson Reis (APEDEMA-RJ) acompanhasse as reuniões da CTILG e não da CTEG..
87 Nelson Reis (APEDEMA-RJ) comentou que durante o desenvolvimento de sua tese encontrou dificuldades
88 na obtenção de imagens, mas, no entanto, informou que o INEA possui um banco de imagens de satélite
89 e questiona se este banco não poderia ser utilizado. Levantou também que existe a possibilidade de
90 realizar o levantamento planialtimétrico por drone da região hidrográfica e levantou a discussão de quanto
91 custaria isso. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse ter lido relatos de Andreia Loureiro (P.M. Queimados),
92 de que a AGEVAP não estaria permitindo o exercício de sua função de Diretora Executiva, e que isto seria
93 uma quebra de hierarquia, pois a AGEVAP estaria levando documentos para assinaturas sem o seu aval
94 e firmando contratos no lugar do Comitê. Continuou dizendo que a Secretaria Executiva não passa
95 informações para os diretores e solicitou que as minutas dos contratos firmados pela AGEVAP passem
96 anteriormente pelo Comitê. Por fim, acrescentou que seria mais confortável para AGEVAP cumprir ordens
97 do Comitê, que agora, devido ao aumento da ajuda de custo, possui um maior dinamismo e protagonismo
98 de seus membros. Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí) disse que em seu entendimento, quando se cria um
99 Grupo de Trabalho, o intuito é de que sejam alinhadas as demandas, uma vez que nas CT's ocorreriam
100 as deliberações. O mesmo complementa a sua fala comentando que alguns atropelos podem gerar
101 tumultos. Em resposta ao questionamento feito por José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu), Hendrik Mansur
102 (TNC) iniciou dizendo que foi membro do CEIVAP durante a implementação da Política Nacional de
103 Recursos Hídricos, foi membro do CERHI, do CNRH, Diretor da AGEVAP e agora é membro do Comitê
104 Guandu, possuindo pelo menos 15 anos de experiência no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. O
105 mesmo criticou o fato de que as pessoas entram no Comitê e não estudam os temas relacionados às
106 Políticas de Recursos Hídricos. Em seguida destacou que a AGEVAP é uma instituição do Sistema de
107 Recursos Hídricos e não tem grau de subordinação ao Comitê, pois o contrato é assinado com o INEA,
108 reforçando que isso precisa estar claro para todo mundo. Disse também que o Comitê tem a autonomia
109 para elaborar o Termo de Referência e que seria ótimo se o Comitê conseguisse entregar o documento
110 pronto para a AGEVAP. Informou que quando foi questionado no GTIV sobre a disponibilização do termo
111 de referência explicou que caso o mesmo fosse enviado, nenhum membro do grupo poderia concorrer à

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG - 05.03.2020

licitação por caracterizar conflito de interesse. Falou que o Comitê não pode interferir em acordos ou contratos feitos entre a AGEVAP e outros tomadores, justificando que essa etapa é executiva e, portanto, não cabe ao Comitê. Gabriela Teixeira (AGEVAP) informou que está previsto no termo de referência, e que foi apresentado ao GTIV, a formação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento do PMMA, para o qual não existe exigência de ser funcionário de carreira, conforme previsto no roteiro de elaboração de PMMA disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente. A exigência estabelecida no ACT é com relação aos profissionais que deverão se responsabilizar pela análise e aprovação de produtos junto à AGEVAP. Ao ser interrompida por José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu), Gabriela Teixeira (AGEVAP) pediu que o mesmo respeitasse a sua fala, assim como respeitou a dele. Gabriela Teixeira (AGEVAP) seguiu explicando que o ACT não é uma imposição aos municípios e que os mesmos podem questionar as cláusulas que acharem pertinente após análise de suas procuradorias. A mesma acrescentou que o modelo de ACT é padrão na AGEVAP e que por se tratar de aplicação de recurso público é fundamental o estabelecimento de atribuições das partes envolvidas e penalidades no caso de descumprimento, sendo a assinatura do ACT imprescindível para execução do projeto no município. Informou ainda que orçamento da contratação foi concluído em 21/02/2020 e que devido ao valor obtido ter sido superior ao estabelecido para ação 4.1.2.1 do PERH, inevitavelmente deverá ser trazido para aprovação do Comitê. Gabriela Teixeira (AGEVAP) comentou sobre o desentendimento com José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) ocorrido na reunião do GTIV, pediu desculpas caso o mesmo tenha se sentido ofendido, mas pediu que o mesmo ouvisse o áudio da reunião para que fizesse uma autocrítica de sua postura, informando que em diversos momentos ela se sentiu desrespeitada. Informou ainda que está executando o seu trabalho com base no que foi deliberado pelo Comitê Guandu. Sobre o questionamento feito por Nelson Reis (APEDEMA-RJ), Gabriela Teixeira (AGEVAP) comentou que a obtenção de imagens de toda RH II com auxílio de um drone ficaria extremamente cara. Informou que o INEA já cedeu algumas imagens, mas que há diversas restrições de uso para as mesmas. Antonio Mendes (AGEVAP) explicou que, caso o projeto/ação seja previsto no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) não há a necessidade de elaboração e aprovação de resolução, e sim a deliberação da plenária. Ele explicou que as resoluções eram utilizadas e até obrigatórias antes da implementação do PAP, sendo assim, a resolução (documento) era necessária quando não havia recurso já aprovado e disponibilizado pelo Plano de Bacia e pelo PAP. O projeto para acontecer deveria ser encaminhado e aprovado em reunião plenária. Nelson Reis (APEDEMA) e Markus Budzinsk (ADEFIMPA-RJ-RJ) agradeceram a explicação. Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai) sugeriu a paralização das atividades referentes a contratação do Plano Diretor Florestal e a realização de uma reunião conjunta, tendo em vista os desentendimentos ocorridos. Hendrik Mansur (TNC) falou que não é competência da CTEG paralisar atividades em andamento e destacou que o procedimento adotado está sendo questionado por apenas um membro. Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai) questionou aos demais membros da CTEG se existem dúvidas sobre o andamento das atividades apresentadas. Gabriela Teixeira (AGEVAP) destacou que se a CTEG sugerir a paralização das atividades, o atraso para execução da ação prevista no PERH não poderá ser atribuído a AGEVAP. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) questionou se

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG - 05.03.2020

149 a CTEG entende que o Termo de Referência deveria ser apresentado e discutido nesta Câmara Técnica
150 e reforçou novamente que gostaria que algumas cláusulas do ACT fossem retiradas. Ana Paula Motta
151 (P.M. Itaguaí) manifestou grande preocupação com a possibilidade de paralisação do processo de
152 contratação dos PMMAs, uma vez que o município possui grande interesse em sua execução.
153 Acrescentou que gostaria que o ACT chegasse até o município contendo as cláusulas criticadas pelo José
154 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu), pois são elas que irão gerar o comprometimento do prefeito e da equipe da
155 Secretaria de Meio Ambiente e garantirão a conclusão do projeto, independente de possíveis mudanças
156 no governo. Marco Aurélio (P.M. Piraí) manifestou apoio a fala da Ana Paula Motta (P.M. Itaguaí) e
157 comentou que por mais que um ou outro membro discorde, é preciso que seja votado o que de fato deveria
158 ser continuado ou não. Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí) sugeriu que fosse realizada reunião conjunta das
159 Câmaras Técnicas, GTIV e Diretoria para alinhamento da questão do ACT. José Arnaldo (P.M. Nova
160 Iguaçu) propõe, com base nos argumentos apresentados por outros representantes municipais, que a
161 discussão do conteúdo do ACT não ocorra no Comitê e sim individualmente em cada município,
162 acrescentando que vê como consenso a continuidades das atividades. Continuou dizendo que o Termo
163 de Referência deve ser trazido para próxima reunião da CTEG para tramitação, em caráter de emergência.
164 Dessa forma não será necessária reunião para alinhamento com as instâncias, solicitadas por Amisterdan
165 Ribeiro (P.M. Piraí). Por fim, Hendrik Mansur (TNC) falou que o Termo de Referência pode ser trazido
166 para discussão, mas que ninguém que tiver acesso ao mesmo poderá participar futuramente da licitação.
167 Hendrik Mansur (TNC) informou que encaminharia o Termo de Referência para o coordenador da CTEG
168 e solicitou que o mesmo consultasse os mesmos antes da distribuição do Termo de Referência.
169 **Encaminhamento: realizar reunião da CTEG em conjunto com o GTIV para apresentação do Termo**
170 **de Referência na data de 26.03.2020, as 9:00hs. ITEM 7** – Paulo Garcia (P.M. Japeri) apresentou sobre
171 o apoio a remediação do vazadouro público no município de Japeri/RJ. O mesmo apresentou alguns dados
172 sobre a área total, localização, o volume de despejo de resíduos no local, etc. Segundo Paulo Garcia (P.M.
173 Japeri), o município não teria a verba para a adequação do local (execução do projeto) e que tem sido
174 cobrado pelo INEA. Pontuou que já manifestou via ofício, a diversos locais para obtenção de recursos
175 para a execução, pois trata-se de um problema crônico e que este seria um fator de melhoria da saúde da
176 população. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) falou sobre o pacto global da ONU e que a questão de Japeri vai
177 de encontro com a ODS6. Marco Aurélio (P.M. Piraí) iniciou sua apresentação contando um breve histórico
178 sobre o aterro de Piraí, em seguida falou sobre as necessidades do município de Piraí para projeto de
179 remediação do vazadouro e solicitou apoio do Comitê (principalmente na redação do Termo de
180 Referência/Projeto e na obtenção de verba para execução). Segundo ele, neste momento seria necessário
181 ter um projeto elaborado para posterior submissão ao INEA para aprovação. Nelson Reis (APEDEMA-RJ)
182 pediu a palavra e falou sobre a abertura de demanda espontânea para os municípios se inscreverem e
183 receberem projetos. Citou também sobre a possibilidade de articulação com o CEIVAP e o Médio Paraíba
184 para a realização de projetos. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) parabenizou aos municípios pela ousadia
185 por terem vindo solicitar auxílio ao Comitê. José Arnaldo apontou o Programa 2.1.1 do PAP, propondo a

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS – CTEG - 05.03.2020

186 todos que aprovassem os recursos de 250 mil reais para Pirai e 11 milhões para o município de Japeri.
187 Sendo aprovado por todos, quanto às solicitações dos gestores de Japeri e Pirai, a ser atendida pelo
188 Programa 2.1.1 do PAP, indicando a necessidade de cumprimento das Resoluções INEA nº 16 e 27, com
189 emissão de minuta de Resolução específica, a ser encaminhada para CTIL-G e posteriormente para
190 Plenária. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) solicitou a palavra e citou possibilidades de protocolo de intenções.
191 Continuou dizendo que deveria encaminhar a AGEVAP para análise do projeto. O mesmo sugere que seja
192 elaborada uma minuta de Resolução pela Secretaria Executiva, e que os projetos de Japeri/RJ e Pirai/RJ
193 fossem encaminhados aos membros para análise. **Encaminhamento: 1. Elaboração da Minuta de**
194 **Resolução que delibera recursos para Japeri/RJ e Pirai/RJ (próxima reunião conjunta das Câmaras**
195 **Técnicas); 2. Compartilhar os estudos/projetos de Japeri/RJ e Pirai/RJ aos membros.** Os municípios
196 deverão garantir as arrecadações do ICMS ecológico com a execução desses projetos. **ITEM 3** – Antônio
197 Mendes (AGEVAP) apresentou sobre o canal de comunicação da CTEG que, por sugestão do Markus
198 Budzynkz (ADEFIMPA-RJ), seria um grupo de WhatsApp da CTEG. No grupo todos serão autorizados a
199 falar, mas apenas sobre assuntos da CTEG. Todos acordaram com a proposta. Por fim, os **itens 5., 6. e**
200 **8.** foram adiados para a próxima Reunião da CTEG por não haver tempo hábil para discussão. A reunião
201 foi encerrada às 12h51m. Eu, Marcelo Cruz, tomo a termo esta ata que segue assinada por:

202
203
204
205
206

Markus Stephan Wolfjdunkell Budzynkz
(ADEFIMPA-RJ-RJ)
Coordenador CTEG

Amisterdan Ribeiro Cristo
(P.M. Pirai)
Subcoordenador CTEG

207
208

209 **Presentes:** Mayná Coutinho Morais (CEDAE); Jeandra Luna Pedrosa (FAM-Rio); Markus Stephan
210 Wolfjdunkell Budzynkz (ADEFIMPA-RJ-RJ); Amisterdan Ribeiro Cristo (P.M. Pirai); Ana Paula Motta de
211 Lima Chaves (P.M. Itaguaí); José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (P.M. Nova Iguaçu); Representante não
212 identificado (EMBRAPA); Paulo Garcia da Silva (P.M. Japeri); Hendrik Mansur (TNC); Nelson Rodrigues
213 Reis Filho (APEDEMA-RJ); Pedro Henrique R. P. Leme (SEMADETUR-RJ); Marcelo Danilo S. Bogalhão
214 (ANAGEA-RJ); Gabriela M. Teixeira (AGEVAP); Amanda Resende Baptista (AGEVAP); Wladimir Loureiro
215 (FAM-Rio); Marco Aurélio Pires da Silva (P.M. Pirai). *Mário Luiz (P.M. Pirai)

216 * o mesmo não assinou a lista de presença.